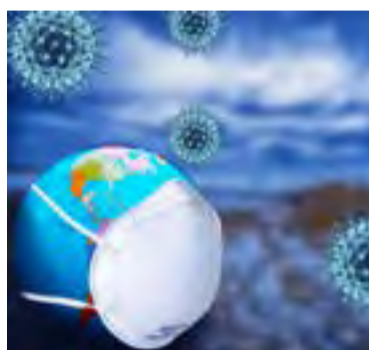


Copacol divulga nomes de sorteados



Promoção segue até 29 de janeiro

Donos de veículos não vão pagar Seguro DPVAT em 2021



Paraná acumula 409 mil casos de Covid-19



Cooperando com a economia da sua casa!

Copacol
Supermercados



A pandemia e a sujeira invisível

Até o começo de 2020, quando a pandemia de Covid-19 começou a ter seus primeiros casos no mundo, a limpeza de um ambiente era medida com base na sujeira, que é a sujeira física, aquela que podemos ver. Mas, com um vírus perigoso circulando entre as pessoas, outro tipo de sujeira passou a chamar a atenção das pessoas comuns: a sujeira que não se vê.



Por causa dela, a rotina dos profissionais de limpeza mudou muito. A higienização, que é a prática adequada, antes era adotada como padrão principalmente em áreas críticas, como as hospitalares. Com a pandemia, esse tipo de protocolo passa a ser necessário em todos os ambientes, com maior frequência, à medida que entendemos que não basta que os espaços estejam limpos, eles precisam estar higienizados. Com base em testes que estudaram o tempo de duração do vírus em diferentes superfícies e na quantidade de pessoas que circulam pelos diferentes ambientes, foi possível começar a estabelecer protocolos de segurança sanitária para que essa higienização seja realizada. As pessoas também passaram a falar cada vez mais sobre a importância de se higienizar tudo aquilo com que se tem contato no dia a dia.

Mas o que é higienizar de verdade? A limpeza nada mais é que a retirada da sujeira, realizada com equipamentos adequados - que vão de mops a máquinas profissionais - e com produtos como o detergente e o limpa-vidros, por exemplo, capazes de retirar essa sujeira visível. Para higienizar, esses protocolos não bastam. É preciso, na sequência, desinfetar, ou seja, retirar não apenas a sujeira, mas também os micro-organismos presentes nos espaços. Aqui, também são utilizados equipamentos próprios que, muitas vezes, são os mesmos da limpeza. No entanto, o produto passa a ser o desinfetante. A higienização, então, é o resultado dos processos de limpeza e desinfecção somados.

Ao longo da história, os seres humanos associam a limpeza ao odor. Seguindo essa lógica, uma sala que está cheirosa está, automaticamente, limpa. Essa é uma visão equivocada da limpeza e uma das provas disso são os hospitais e outras unidades de saúde. Embora não tenham o famoso "cheiro de limpeza", esses lugares são rigorosamente higienizados justamente para evitar a proliferação de micro-organismos causadores de doenças. Daí a importância da limpeza profissional neste momento de crise sanitária. Esta não é a primeira vez na história que a "sujeira invisível" compromete a saúde das pessoas. Há cerca de dez anos houve a "gripe suína" e, com ela, o ato de lavar as mãos ganhou atenção especial. Novamente, cá estamos, incentivando essa prática para evitar uma sujeira invisível que compromete a saúde física, mental, emocional, econômica e até política.

Profissionais de limpeza devidamente capacitados são fundamentais para determinar as melhores formas e a frequência ideal para realizar a higienização e proteger a saúde de todos. Só eles saberão detalhes como proporção de diluição dos produtos, quanto tempo é necessário para que eles façam efeito, entre outras informações. Em um cenário pandêmico, mais que em qualquer outra perspectiva, a crença de que todos nascem sabendo limpar não funciona.

"É urgente que as pessoas compreendam que, assim como o departamento administrativo de uma empresa tem seus procedimentos, a limpeza profissional também os tem. E que passem a dar a esses profissionais o valor que eles realmente têm para a sociedade, construindo uma cultura de colaboração para que a higienização realizada pelos profissionais de limpeza dure por mais tempo e, principalmente, entendendo que a saúde é uma responsabilidade de todos e que lavar as mãos com frequência, utilizar álcool em gel e utilizar uma máscara limpa em ambientes coletivos podem salvar vidas."

*Cássia Almeida é superintendente executiva da Fundação de Asseio e Conservação, Serviços Especializados e Facilities (Facop).

Boletim mostra que Paraná acumula 409.499 casos de Covid-19

Em informe divulgado nesta quarta-feira (30), a Secretaria Estadual da Saúde divulga mais 3.870 diagnósticos confirmados e 76 mortes. Há 1.582 pacientes com diagnóstico confirmado internados e outros 1.114 aguardam resultados de exames.



A Secretaria de Estado da Saúde divulgou nesta quarta-feira (30) mais 3.870 diagnósticos confirmados de Covid-19 e 76 mortes em decorrência da doença. Com isso, os dados do monitoramento feito pela Saúde mostram que o Estado soma 409.499 casos e 7.824 mortos desde o início da pandemia.

Os casos divulgados nesta quarta-feira são de junho (4), julho (10), agosto (7), setembro (14), outubro (6), novembro (191) e dezembro (3.638).

INTERNADOS - Nesta quarta-feira há 1.582 pacientes com diagnóstico confirmado internados. São 1.236 pacientes em leitos SUS (628 em UTI e 608 em enfermaria) e 346 em leitos da rede particular (137 em UTI e 209 em enfermaria).

Há outros 1.114 pacientes internados, sendo 721 em UTI e 393 em enfermaria, que aguardam resultados de exames. Eles estão em leitos das redes pública e particular e são considerados casos suspeitos de infecção pelo Sars-CoV-2.

ÓBITOS - Os 76 falecimentos relatados no boletim são de 27 mulheres e 49 homens, com idades que variam de 35 a 96 anos. Os óbitos ocorreram entre 05 de julho a 30 de dezembro.

Os pacientes que foram a óbito residiam em Londrina (16), São José do Pinhais (5), Curitiba (4), Cascavel (4), Maringá (3), Pinhais (3), Almirante Tamandaré (2), Chopinzinho (2), Colombo (2), Paçandu (2), Piraquara (2).

A Secretaria da Saúde registra, ainda, a morte de uma pes-

soa em cada um dos municípios de Araçongas, Balsa Nova, Boa Esperança, Bom Sucesso do Sul, Campo Mourão, Clevelandia, Coronel Vivida, Formosa do Oeste, Foz do Iguaçu, Itapejara DOeste, Ivaí, Jandaia do Sul, Loanda, Maria Helena, Missal, Nova Esperança, Novo Itacolomi, Palmital, Paraíso do Norte, Paranacity, Pato Branco, Pinhão, Ponta Grossa, Rolândia, Santa Fé, São João, Sarandi, Telêmaco Borba, Tunas do Paraná, Umuarama e Ventania.

FORA DO PARANÁ - O monitoramento da Saúde registra 3.128 casos de residentes de fora, sendo que 62 pessoas foram a óbito.

[Confira a íntegra do boletim AQUI](#)

Consultec
Contabilidade

(45) 3241-1717 - Cafelândia - Paraná

Donos de veículos não vão pagar Seguro DPVAT em 2021



Proprietários de veículos não terão que pagar o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores (Seguro DPVAT), em 2021.

O Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) aprovou, em reunião extraordinária realizada nessa terça-feira (29), prêmio zero para o DPVAT em 2021 e autorizou a contratação de novo operador pela Superintendência de Seguros Privados (Susep), em caráter emergencial e temporário. As resoluções do CNSP foram publicadas hoje (30) no Diário Oficial da União.

No final de novembro, foi anunciada a dissolução da Consórcio do Seguro DPVAT a partir de 1º de janeiro de 2021, após decisão de assembleia de seguradoras consorciadas. A partir desta data, a Seguradora Líder não poderá operar o Seguro DPVAT em nome das consorciadas, mas tão somente administrar os ativos, passivos e negócios do Consórcio realizados até 31 de dezembro de 2020.

No mês passado, a Susep

notificou a Seguradora Líder a recolher ao caixa dos recursos do Seguro DPVAT a quantia de R\$ 2,257 bilhões, referente a 2.119 despesas consideradas irregulares pela fiscalização da superintendência, que foram executadas com recursos públicos do seguro DPVAT entre os anos de 2008 e 2020.

"A Susep está envidando os melhores esforços para viabilizar a contratação de pessoa jurídica, já na primeira semana de janeiro de 2021, com capacidade técnica e operacional para assumir o DPVAT, garantindo as indenizações previstas em lei para a população brasileira", diz

a superintendência em nota.

Nessa terça-feira, o Tribunal de Contas da União (TCU) emitiu decisão cautelar determinando que CNSP e Susep adotem as providências necessárias para assegurar a continuidade da operacionalização do seguro DPVAT.

O Seguro DPVAT foi criado pela Lei nº 6.194 de 1974 e tem como finalidade o amparo às vítimas de acidentes de trânsito em todo o país, não importando de quem seja a culpa dos acidentes.

Edição: Bruna Saniele
FONTE: Agência Brasil

STN divulga valores a serem repassados a Municípios; 1.717 ainda precisam assinar renúncia

A Secretaria do Tesouro Nacional (STN) informou que 1.717 Municípios de sete Estados ainda precisam assinar a declaração de renúncia no Siconfi para receber os recursos da compensação da Lei Kandir. Esses Entes locais deixarão de receber a parcela de 2020 no valor de R\$ 630,3 milhões que será creditada amanhã por não terem realizado esse procedimento até às 11h desta quarta-feira, 30 de dezembro. A informação foi divulgada em comunicado que também traz os valores a serem creditados a cada prefeitura.

A transferência foi estabelecida pela Lei Complementar 176/2020, sancionada na terça-feira, 29 de dezembro, e resultado de mobilização de anos do movimento municipalista liderado pela Confederação Nacional de Municípios (CNM). Para os entes locais que apresentarem a declaração de renúncia no Siconfi até o dia 13 de janeiro, o repasse ocorrerá no mesmo mês.

ALERTA AOS MUNICÍPIOS

A Confederação Nacional de Municípios (CNM) alerta que, para receber os recursos referentes à Lei Complementar 176/2020, que garante repasses a Municípios e Estados como uma compensação da Lei Kandir, os gestores têm até o dia 13 de janeiro para assinar renúncia de direito de ações contra a União em relação ao tema. A declaração deve ser realizada no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi).

A Lei - publicada em edição extra do Diário Oficial da União desta terça-feira, 29 de dezembro - institui transferências obrigatórias da União para Estados, Distrito Federal e Municípios no montante total de R\$ 58 bilhões, distribuídos em um período de 18 anos, ou seja, até 2037. A medida é para compensar perdas dos Entes com a desoneração de produtos destinados à exportação e atende a acordo celebrado entre os Entes nos autos da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) 25 homologado pelo Supremo Tribunal Federal em 20 de maio de 2020.

Os Municípios que assinaram a renúncia até as 11 horas desta quarta, 30, devem receber os recursos no dia 31 de dezembro, segundo comunicado da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). A transferência de recursos referentes ao ano de 2020 ocorrerá em parcela única. Já a partir de 2021, os valores anuais serão divididos em doze cotas, transferidas mensalmente. De 2020 a 2030, serão entregues, a cada exercício, R\$ 4 bilhões e, de 2031 a 2037, esse montante será reduzido progressivamente em R\$ 500 milhões a cada exercício.

Para facilitar o trâmite operacional, a Secretaria do Tesouro Nacional e o Banco do Brasil vão utilizar as mesmas contas que eram utilizadas nos repasses da antiga Lei Kandir. Veja como o passo disponibilizado pelo Tesouro para realizar a renúncia no Siconfi.

Da Agência CNM de Notícias



“Aproveite o fim de ano para planejar as finanças”, diz especialista

Fim de ano e você gastou o que não devia para comprar presentes de Natal e fazer ceia? O dinheiro do 13º salário foi como um “vendaval” na sua mão? Apesar dessas práticas prejudicarem bastante o orçamento das famílias brasileiras, agora é a hora de sentar e planejar as finanças, indica a especialista em Educação Financeira Amanda Holanda Santos da Cunha, do Instituto Sicoob.

“Para conseguir guardar uma reserva de dinheiro por mês, não tem outra alternativa: o primeiro passo é anotar tudo o que você ganha e tudo o que gasta”, conta Amanda. “O ideal é fazer um controle financeiro, pode ser físico ou até uma tabela no computador. De um lado, coloque o seu salário e os valores extra que entram na sua conta. Do outro, tudo o que sai. Só com planejamento é possível visualizar o quanto a gente pode cortar mensalmente para alcançar um objetivo”, destaca.

Segundo a especialista, ao observar esses números friamente, as pessoas costumam ficar mais com os pés no chão. “Eu costumo dizer que quem anota, se nota. Na frieza dos ganhos

e gastos, com certeza você vai conseguir ver algumas coisas supérfluas, que podem ser cortadas facilmente do dia a dia”.

Uma observação interessante de Amanda é que essa mudança nunca vai vir do cenário, mas da própria pessoa. “Usando como exemplo 2020: um ano de pandemia, em que muitas pessoas passaram boa parte do tempo em casa. Ao invés de gastar com transporte ou um cafezinho na rua, aumentaram a quantidade de pedidos de comida por aplicativos ou compras na internet. Então é você que tem que mudar. Não adianta esperar que essa transformação ocorra do dia pra noite”, explica.

Ela também aproveita para destacar a importância da famosa “reserva financeira” para quitar gastos do dia a dia em emergências. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, até setembro, 13,5 milhões de brasileiros estavam desempregados: uma alta de 33,1% com relação a maio, quando as medidas de isolamento social se tornaram mais rígidas e a pandemia ficou mais forte no País.

Investimentos e reserva de

emergência

Segundo Amanda, a principal dica do ano é calcular a reserva de emergência. “A gente indica que esse fundo seja de três a 12 meses do seu gasto. E esse valor pode ser colocado em uma caderneta que possa ser resgatada imediatamente e que não ofereça tantos riscos quanto um investimento na Bolsa de Valores, por exemplo”. A partir desse acumulado, ela conta que é possível começar a diversificar a carteira de investimentos.

Clínicas Financeiras Virtuais

O Instituto Sicoob mantém um programa on-line e gratuito, batizado de Clínicas Financeiras Virtuais, que auxilia pessoas dos quatro cantos do Brasil a ter organização no orçamento mensal. As dicas são oferecidas por orientadores financeiros, que dão consultorias individuais e totalmente na faixa. As consultas são agendadas diretamente pelo site Clínicas Financeiras Virtuais, pelo WhatsApp (61) 3217-7311 ou pelo e-mail clinicas-financeiras@sicoob.com.br

Retrospectiva: FGV se prepara para o Brasil pós-pandemia



A Fundação Getúlio Vargas possui uma importante missão: estimular o desenvolvimento socioeconômico nacional. E é pensando nisso e por acreditar no crescimento do Brasil, passada a pandemia da Covid-19, que a instituição vem se preparando para a retomada da economia do país.

Mesmo durante essa emergência mundial, a FGV não parou suas atividades e continua a transformar ideias em realizações, buscando sempre integrar o tradicional ao moderno. Nos últimos meses, a Fundação está trabalhando para expandir sua presença no território brasileiro por meio de construção de novas instalações, no Rio de Janeiro e em São Paulo.

Na capital fluminense, a FGV está concluindo o retrofit do prédio da antiga Embaixada da República Federal da Alemanha, mais tarde “Consulado”, atualmente classificado como “Imóvel Preservado Municipal” pelo IRPH (Instituto Rio Patrimônio da Humanidade). O conjunto foi projetado em 1956 pelo escritório Schmidt van Dorp, sediado em Bonn (Alemanha), cuja construção foi concluída em 1961.

No espaço, está sendo feito um projeto de revitalização, que mantém as mesmas características arquitetônicas do projeto original, com alterações de acesso por nova escadaria e rampas, valorizando o pórtico estrutural anterior. O retrofit do prédio permitirá a expansão de 1.700 m² de área de escritório que, à princípio, abrigarão os centros de pesquisa da FGV. A conclusão da obra está prevista ainda este ano.

Em São Paulo, a FGV construirá um novo prédio, localizado em terreno da rua Professor Picarolo, com 9.294,65 m², ao lado do Complexo 9 de Julho, no centro financeiro e comercial da cidade. O Projeto Picarolo alia recursos tecnológicos modernos e a preocupação com o bem-estar dos alunos à tradição de excelência de ensino da FGV.

O edifício prevê a incorporação de tecnologias inovadoras que auxiliarão nas dinâmicas das aulas, 10 pavimentos de salas de aula com layouts flexíveis, espaços de socialização junto a salas de aula e um espaço para eventos, que permitirá a modulação de acordo com o perfil dos encontros, além de acesso ao Complexo 9 de Julho, no futuro. A inauguração está prevista para maio de 2022.

Proprietários rurais que quiserem acessar o Programa de Regularização Ambiental devem fazer o CAR hoje



Quem perder o prazo também perderá benefícios como facilidade de acesso ao crédito rural e prazo de recomposição da paisagem rural

Os proprietários de imóveis rurais que tiverem irregularidades ambientais em suas propriedades têm até o dia 31 de dezembro para fazer a inscrição no Cadastro Ambiental Rural (CAR) para acessarem os benefícios do Programa de Regularização Ambiental (PRA).

Após a inscrição do imóvel dentro desse prazo, o proprietário ou possuidor terá até dois anos, a partir daquela data, para requerer a adesão ao PRA. Para isso, os estados e o Distrito Federal, que são os entes legalmente responsáveis pela gestão local do CAR, devem implantar seus respectivos programas de regularização ambiental.

A identificação dos passivos ambientais é obtida por meio da análise das informações declaradas pelos proprietários ou possuidores no momento da inscrição dos seus imóveis no Sistema de Cadastro Ambiental Rural (Sicar).

O último boletim do Cadastro Ambiental Rural (CAR) informa que 58,5% dos proprietários ou possuidores de imóveis rurais inscritos no Sistema de Cadastro Ambiental (Sicar) manifestaram interesse em acessar o Programa de Regularização Ambiental (PRA).

Análise dinamizada

Para apoiar a gestão local do CAR, o Serviço Florestal Brasileiro está homologando junto aos estados e ao Distrito Federal um sistema que fará a análise dinamizada dos cadastros. O diretor-geral do Serviço Florestal Brasileiro, Valdir Colatto, afirma que o Governo Federal está trabalhando para apoiar os estados na implementação dos dispositivos do Código Florestal Brasileiro.

"A solução da análise dinamizada que estamos homologando jun-

to aos estados utiliza mais de cem cruzamentos automatizados para verificar as informações declaradas pelo proprietário/possuidor rural e identificar a situação de regularidade ambiental dos imóveis rurais de acordo com a legislação ambiental vigente. Esse sistema vai permitir agilidade e eficiência no processo de análise dos cadastros", disse Colatto.

A análise dinamizada do CAR, ao verificar área de passivo ambiental da propriedade rural, vai oferecer estratégias de recuperação ambiental. Para isso, o módulo de regularização ambiental terá integração com a plataforma WebAmbiente, da Embrapa. Esse sistema contempla um consistente banco de dados sobre espécies nativas e, de forma interativa, poderá auxiliar o produtor a decidir como fazer a adequação ambiental da paisagem rural de sua propriedade, aliando produção e meio ambiente.

Na base de dados do Sicar, existem 6,9 milhões de imóveis rurais inscritos, numa área de 570 milhões de hectares. Dentro desse total estão incluídos os beneficiários de assentamentos da reforma agrária e as famílias de territórios de povos e comunidades tradicionais. No entanto, pelos vazios identificados pelas imagens de satélite, estima-se que ainda faltam 10% de todas as propriedades rurais de todo o país para entrarem no Sicar.

A diretora de Cadastro e Fomento Florestal do Serviço Florestal Brasileiro, Jaine Cubas, informa que "o acesso ao PRA possibilita a suspensão de sanções em função de infrações jurídicas por supressão irregular de vegetação em áreas de Áreas de Preservação Permanente, Reserva Legal e uso restrito".

"Destaco ainda como benefícios para o proprietário rural aderir ao PRA: a continuidade das atividades agrossilvipastoris, de ecoturismo e de turismo rural em áreas rurais consolidadas e a recomposição de

faixas marginais de APP em extensão menor que o exigido pela regra geral, de acordo com o tamanho do imóvel rural, o acesso facilitado ao crédito rural e o prazo de 20 anos para recomposição do passivo ambiental", declarou a diretora.

Código Florestal Brasileiro

O Código Florestal Brasileiro é uma das leis ambientais mais rígidas do mundo. Não só determina a recomposição dos passivos ambientais dos proprietários ou possuidores rurais nas áreas de RL, APP ou uso restrito por meio do PRA. Mas também, beneficia aqueles que preservaram as áreas de APP, RL e uso restrito e possuem ativos ambientais. Para esses, estão previstas concessões de Cotas de Reserva Ambiental (CRA) e o Pagamento por Serviços Ambientais (PSA).

A CRA permite ao produtor que tem excedente de vegetação nativa compensar a falta de RL em outra propriedade. Assim, cada CRA de um proprietário, que corresponde a 1 hectare (ha), pode ser negociada com produtores que tenham uma área menor de RL que o exigido pelo CFB.

Valdir Colatto acredita que a implementação dos dispositivos do Código Florestal por meio do CAR vai permitir ao país não só a regularização ambiental, mas a regularização fundiária. "A partir das regularizações ambiental e fundiária, o Brasil terá condições de implantar uma agropecuária com sustentabilidade e pioneirismo sem precedentes em todo o mundo", destacou.

A inscrição do CAR é perene e obrigatória para todas as propriedades ou posses rurais do país. Para inscrever o imóvel rural, basta o proprietário ou possuidor acessar o Sicar (www.sicar.gov.br) e declarar todas as informações ambientais relativas às áreas de preservação permanente, de reserva legal e de uso restrito e de excedentes de vegetação nativa.

CRÉDITO RURAL: BNDES anuncia reabertura dos financiamentos de investimentos da safra 20/21

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) informou, por meio de aviso emitido na segunda-feira (28/12), que serão reabertos, a partir do dia 4 de janeiro de 2021, os pedidos de financiamentos relativos a operações de investimentos no âmbito de diversos programas para a safra 2020/2021. De acordo com o documento, assinado pelo superintendente da Área de Operações e Canais Digitais, Marcelo Porteiro Cardoso, serão contemplados o Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp) Investimento, Programa para Redução da Emissão de Gases de Efeito Estufa na Agricultura (Programa ABC), Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica na Produção Agropecuária (Inovagro), Programa para Construção e Ampliação de Armazéns (PCA), Programa de Incentivo à Irrigação e à Produção em Ambiente Protegido (Moderinfra), Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras (Moderfrota), Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária (Prodecoop) e Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) Investimento.

Importante - Segundo o superintendente da Ocepar, Robson Mafioletti, já fazia cerca de dois meses que os financiamentos por meio desses programas estavam suspensos por falta de recursos e a reabertura das operações era muito aguardada pelos produtores rurais e cooperativas. "A reabertura é importantíssima pois dará um ânimo para os produtores começarem 2021 fazendo os investimentos que eles tinham planejado, como a construção de pocilgas, aviários, compra de máquinas e recuperação de pastagens, por exemplo. As cooperativas dos ramos crédito e agropecuário também estavam aguardando ansiosamente por essa medida. As agropecuárias, para fazer investimentos com seus cooperados, e as de crédito, que são credenciadas junto ao BNDES, agora vão conseguir dar andamento aos projetos de financiamento dos produtores, que estavam parados por falta de verba. Esperamos que os recursos para os programas de investimentos estejam disponíveis até o final do Plano Safra, em junho de 2021", afirma Mafioletti.

Intercooperação digital Supercampo oferecerá produtos e serviços para cooperados no Brasil

Cooperativas fortalecerão suas presenças no ambiente digital com segurança, agilidade e uma ampla oferta de itens. Doze grandes cooperativas agropecuárias lançam a Supercampo, plataforma de comércio virtual que atenderá inicialmente 80 mil cooperados no Brasil. O marketplace conecta os cooperados a diversas empresas cadastradas para atender as demandas do campo com qualidade, agilidade e segurança. Inicialmente o marketplace será uma plataforma que atenderá os cooperados das sócias: Agrária, com sede em Guarapuava (PR); Capal, sediada em Arapoti (PR); Castrolanda, de Castro (PR); Cooperalfa, de Chapecó (SC); Coopertradição, de Pato Branco (PR); Copacol, de Cafelândia (PR); Copercampos, de Campos Novos (SC); Coplacana, de Piracicaba (SP); Cotrijal, de Não-Me-Toque (RS); Frisia, de Carambeí (PR); Integrada, de Londrina (PR); e Lar, de Medianeira (PR), com previsão de lançamento para o início de 2021.

Conquistas dos cooperados A plataforma beneficiará milhares de cooperados com preços competitivos, ampla oferta de produtos de fornecedores selecionados criteriosamente,



bom atendimento, conveniência, agilidade na entrega e retorno (cashback) a cada compra realizada. Juntos somos mais fortes. O diretor-presidente do Conselho de Administração da Supercampo, Renato Greidanus, explica que as sócias continuarão mantendo as suas individualidades e a dos seus

cooperados. "É um projeto que só faz sentido de forma coletiva, a estratégia é trazer a demanda e oferta das cooperativas para uma plataforma única, onde podemos somar esforços e ganhar escala".

A empresa está sediada em Curitiba (PR) e teve a consultoria jurídica e de negócios do es-

critório Martinelli Advogados da capital paranaense. O desenvolvimento da plataforma digital foi feito em parceria com a empresa paulista CWS Digital.

O CEO Ronald Eikelenboom destaca que a Supercampo nasce com o propósito de fortalecer a presença das cooperativas no ambiente digital, permitindo, assim, a fidelização de novas gerações de cooperados. "Com DNA 100% cooperativista, o objetivo é a construção de uma plataforma robusta que atenda as principais demandas das cooperativas e seus cooperados, gerando valor com serviços de qualidade para todos".

Sobre a Supercampo

Com sede em Curitiba (PR), a Supercampo é um marketplace que reúne milhares de produtos voltados ao segmento agropecuário. Com perfil totalmente cooperativista, visa atender as principais demandas das cooperativas e de seus cooperados gerando valor com serviços de qualidade, segurança e agilidade. A plataforma, que atenderá inicialmente 80 mil cooperados tem como sócias as cooperativas Agrária, Capal, Castrolanda, Cooperalfa, Coopertradição, Copacol, Copercampos, Coplacana, Cotrijal, Frisia, Integrada e Lar.

Supermercado divulga ganhadores da promoção "Coopere com a sorte"



Foi realizado nesta quarta-feira, dia 30, o primeiro sorteio da promoção "Coopere com a sorte" do Copacol Supermercados.

Os prêmios sorteados foram cinco motos Honda Biz, uma para cada loja da Cooperativa.

E os ganhadores foram as seguintes pessoas:

Loja Cafelândia-
Fabiana Queiroz Pinheiro

Loja Nova Aurora-
Silvana Aparecida Silva

Loja Jesuítas-
Mauro Pomerining



Loja Formosa do Oeste-
André Aparecido Baquin

Loja Goioerê-
Onfre Cândido de Oliveira

Lembrando que a promoção segue até o dia 29 de janeiro de 2021, em que será sorteado o grande prêmio: a Fiat Toro zero km.

Inventar milhões de formas de dizer eu te amo. Vamos juntos fazer de 2021 um ano novo de verdade.

O ano que passou nos ensinou a abraçar as mudanças sem abrir mão dos nossos valores.

sicoob.com.br

SOMOS FEITOS DE VALORES

Central de Atendimento 24 horas
Capitais e regiões metropolitanas - 4000 1111
Demais localidades - 0800 642 0000
Ouvidoria - 0800 725 0996
De seg. a sex., das 8h às 20h • ouvidoria@sicoob.com.br
Deficientes auditivos ou de fala - 0800 940 0458
De seg. a sex., das 8h às 20h

FAÇA PARTE DO SICOOB